

**AS RESTRIÇÕES DE ILHA E A TEORIA GERATIVA:
RESÍDUOS PARA O PROGRAMA MINIMALISTA**

MARINA ROSA ANA AUGUSTO
(UNICAMP)

ABSTRACT Since Ross (1967), a major concern in investigations of syntactic movement has focused on island constraints. This paper tries to provide a brief overview of the main stream analysis of these phenomena, pointing out how the Minimalist Program brings interesting and different treatment possibilities to this kind of data.

0. INTRODUÇÃO

As restrições de ilha, objeto de investigação recorrente na história da gramática gerativa, cuja primeira descrição sistemática foi empreendida por Ross (1967), retratam determinadas configurações estruturais a partir das quais a extração de elementos não resulta em estruturas gramaticais. Esse fenômeno trata particularmente do movimento de elementos QU para a formação de interrogativas e define-se pela subdivisão em dois grupos: as denominadas ilhas fortes e ilhas fracas. As primeiras configuram ambientes a partir dos quais não se faz possível quer a extração de argumentos quer a de adjuntos. As ilhas fracas inviabilizam o movimento de adjuntos para fora de seus limites, mas não o de argumentos.

Este artigo apresenta uma revisão do percurso empreendido pelas análises propostas para as restrições de ilha, dentro do arcabouço da teoria gerativa. Na Seção I, apresentam-se as primeiras configurações apontadas por Ross (1967) assim como a primeira formulação do Princípio da Subjacência. A Seção II traz as modificações substanciais instanciadas pelo texto em *Barriers* (Chomsky, 1986). A Seção III apresenta as críticas sofridas por esse modelo, assim como algumas análises alternativas propostas. A Seção IV expõe o Programa Minimalista para o qual análises com base na noção de barreira tornam-se incompatíveis com as modificações incorporadas à teoria. Apresentam-se algumas propostas que começam a se delinear para dar conta das restrições de ilha, dentro dessa nova abordagem, chamando atenção para um dos resíduos de análise que não tem sido contemplado pelas análises mais recentes, a saber, a pertinência da subdivisão dos adjuntos adverbiais em referenciais e

não-referenciais e sugere uma possibilidade de tratamento para o fenômeno. A Seção V conclui o artigo.

I. AS ILHAS DE ROSS (1967)

Ross observou que o movimento de elementos QU não se fazia possível a partir de certas configurações e postulou as seguintes restrições:

Restrição sobre SN Complexo

Restrição sobre Estruturas Coordenadas

Restrição sobre Sujeito Sentencial

Trata-se de configurações de ilha forte. Além desses ambientes já descritos em Ross, também configura-se como ilha forte, conforme apontado por Huang (1982), a:

Restrição sobre Adjuntos

A Restrição sobre SN Complexo diz respeito às configurações em que se extrai um elemento de dentro de uma oração relativa ou de uma oração completiva nominal. Em Ross, não há uma distinção entre essas duas estruturas, embora os dados abaixo pareçam apontar para uma diferença de comportamento no que concerne à extração dos argumentos a partir de uma completiva nominal.

- (1) *O que_i você encontrou [alguém que comprou t_i]?
- (2) *Como_i você encontrou [alguém que consertou o carro t_i]?
- (3) ??O que_i você ouviu o boato que a Maria havia comprado t_i?
- (4) *Como_i você ouviu o boato que a Maria consertou o carro t_i?

A Restrição sobre o Sujeito Sentencial impossibilita a extração de um constituinte parte de um sujeito oracional, como em (5).

- (5) *Que livros [comprar t] é difícil?

A Restrição sobre Sentenças Coordenadas diz respeito à impossibilidade de extração de um elemento de uma estrutura que seja parte de uma estrutura coordenada, conforme exemplificação abaixo:

- (6) A Maria comprou um livro e uma caneta.
- (7) *O que_i a Maria comprou um livro e t_i?

A Restrição sobre Adjuntos apresenta configurações do tipo abaixo:

- (8) *O que_i você saiu da livraria sem comprar t_i?

Ross notou, ainda, que a extração de elementos de uma oração introduzida por um pronome QU também não era possível, embora não tenha elaborado uma configuração do tipo Restrição sobre ilha QU, uma das mais conhecidas restrições de ilha fraca - ambientes em que a extração de adjuntos é impossibilitada, conforme apontado anteriormente:

Restrição sobre ilha QU

- (9) *Como_j você se perguntou o que_i a Maria consertou t_i t_j?

Além da restrição sobre ilha QU, apontam-se como ilhas fracas as seguintes restrições:

Restrição sobre ilha negativa

- (10) *Por que_i você não acredita que eles o despediram t_i?

Restrição sobre ilha factiva

(11) *Por que_i você lamentou que a Maria tenha chegado t_i?

Restrição sobre extração

(12) *Por que_i está na hora de começar o show t_i?

I.1. A DISTÂNCIA NO MOVIMENTO

As estruturas descritas por Ross apontaram, de certo modo, a impossibilidade de relacionar os pontos de partida e aterrissagem do elemento QU no decorrer do movimento, ou seja, a distância que um elemento poderia percorrer no seu trajeto para a posição final estava diretamente envolvida nas configurações estruturais das ilhas. Com a preocupação de não só descrever mas de dar uma explicação aos fenômenos sintáticos, na fase da teoria padrão ampliada, surgem os filtros de boa-formação de sentenças. Entre esses destaca-se a proposta, em Chomsky (1973), da Condição de Subjacência que pretende regular o movimento, limitando o número de núdulos que pode ser atravessado durante a extração do constituinte. Esses núdulos são conhecidos como núdulos-fronteira ou limite.

Os núdulos-fronteira propostos por Chomsky, para o inglês, foram NP e S (ou seja, DP e IP, em termos atuais). Rizzi (1982) propõe que, para o italiano, os núdulos-limite sejam NP e S' (ou seja, DP e CP). Essa proposta vai explicar uma série de comportamentos diferentes entre as línguas no que concerne às configurações de ilha. O português alinha-se ao italiano com relação aos núdulos-limite válidos para a Subjacência.

Posteriormente, a Condição de Subjacência, que funcionava como um filtro, ganha o estatuto de Princípio na abordagem Princípios e Parâmetros. Os princípios são vistos como invariantes universais, aos quais se associam parâmetros de variação, valores subespecificados, definidos através da experiência (cf. Kato, 1997). A formulação do Princípio da Subjacência encontra-se abaixo:

Princípio da Subjacência

O movimento de um constituinte por Mover α não pode atravessar mais do que um nó-fronteira.¹

É também incorporado à teoria um outro Princípio responsável por explicar a diferença de comportamento entre argumentos e adjuntos, característica das ilhas fracas:

Princípio das Categorias Vazias

Todo vestígio tem de ser apropriadamente regido²,

¹Formulação extraída de RAPOSO, E.P. (1992) **Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa, Editorial Caminho.

²Regência:

A, um núcleo, rege B sse:

- a) A c-comanda B;
- b) não há barreiras que dominem B mas não A.

C-comando:

Um nó A c-comanda um nó B sse:

- a) A não domina B e B não domina A;

- a) por seu atribuidor de papel temático ou
- b) por um antecedente coindexado.

O Princípio das Categorias Vazias, PCV, (ou ECP, do inglês: Empty Category Principle) faz referência ao fato de que os argumentos apresentam a propriedade de serem subcategorizados pelo V. Desse modo, a formulação do PCV permitirá aos objetos uma imediata satisfação do princípio através da primeira cláusula, uma vez que sempre são regidos pelo V que lhes atribui um papel temático. Já os adjuntos devem obedecer o PCV pela cláusula (b). A substituição da noção de nódulos-fronteira pelo conceito de barreira em Chomsky (1986) faz referência também à questão da regência, afetando, portanto, tanto o Princípio da Subjacência como o Princípio das Categorias Vazias, além de outros subdomínios da gramática, como o Caso e a ligação.

II. MAIS UM PASSO NA ANÁLISE DAS ILHAS: A TEORIA DAS BARREIRAS

Em Chomsky (1986), uma nova mudança é proposta no sistema que afeta o Princípio da Subjacência. A intenção é eliminar o caráter estipulativo dos nódulos-limite, adotando-se a noção de barreira independentemente definida no contexto relativo à regência. Salienta-se o fato de serem necessárias duas barreiras para impedir o movimento, ao passo que uma só é suficiente para impedir regência.

Barreira

γ é barreira para β sse (a) ou (b):

- a. γ domina imediatamente δ , δ é categoria bloqueadora para β ;
- b. γ é uma categoria bloqueadora, γ não é IP.³

A primeira cláusula da definição de barreira é conhecida como constituição de barreira por herança. A categoria IP é defectiva nesse sistema, conforme observa a cláusula (b). A noção de categoria bloqueadora se define da seguinte maneira:

Categoria Bloqueadora

γ é categoria bloqueadora para β sse γ não for L-marcado e dominar β .

L-marcação é, portanto, uma distinção importante na formação do sistema em *Barriers*:

L-marcação

α L-marca β quando α atribui uma função temática a β e α é uma categoria lexical.

Vale ainda ressaltar que, além das configurações estruturais de barreira para movimento e regência, Chomsky define um outro tipo de barreira que diz respeito somente à regência.

b) O primeiro nó ramificado que domina A domina igualmente B.

³ In: CHOMSKY, N. (1986) **Barriers**. MIT Press. (tradução minha)

Barreira por minimalidade

Entre A (regente) e B (regido) não intervém nenhum nóculo X° tal que X° c-comanda B e X° não c-comanda A.

A conjunção do Princípio da Subjacência e do Princípio das Categorias Vazias, tendo em comum a noção de barreira para a definição quer dos nóculos-fronteira quer da possibilidade de regência, explicará a agramaticalidade das extrações a partir de ilhas.

III. AS CRÍTICAS A *BARRIERS* E O SURGIMENTO DE MODELOS ALTERNATIVOS

O sistema em *Barriers* recebeu algumas críticas contundentes (cf. Lightfoot & Weinberg, 1988) e propostas paralelas começaram a surgir. Um ponto que merece destaque diz respeito ao fato de que, uma vez sendo a noção de barreira proposta com a intenção de unificar as teorias do movimento e da regência, notam-se, no entanto, alguns pontos de diferenciação, como por exemplo, a definição de barreira por minimalidade que só diz respeito à regência, sendo totalmente inócua em relação ao movimento. Ou seja, a intenção de suprimir a estipulação *ad hoc* de nóculos limite para a Condição de Subjacência por meio de uma noção de barreira que configurasse estruturalmente essas fronteiras não é plenamente alcançada. O PCV também é motivo de críticas. Uma vez que a noção de barreira é totalmente inócua no que diz respeito à regência temática, tem-se uma proposta de regência apropriada disjunta onde uma parte depende da noção de barreira enquanto a outra prescinde dela. Vale salientar que Chomsky ao final dá um passo na direção de abandonar a noção de regência temática, pelo menos para vestígios A-ligados. Os pontos criticados, no entanto, acabam dando lugar ao surgimento de análises alternativas. Vale salientar uma observação que vai ganhando espaço nesse momento e que diz respeito ao comportamento dos adjuntos em relação às configurações de ilha fraca - não parece adequado dar um tratamento único a esses elementos, conforme pode ser verificado pelo paradigma abaixo, utilizando-se a ilha factiva:

(13) *Como_i você lamentou que a Maria consertou o carro t_i?

(14) *Por que_i você lamentou que a Maria fugiu de casa t_i?

(15) Onde_i você lamentou que a Maria tenha comprado o presente t_i?

(16) ?Quando_i você lamentou que a Maria vira o filme t_i?

Os dados do tipo acima reforçam que os sintagmas adverbiais entre si não podem ser tratados da mesma forma, o que coloca um problema para o PCV.

Em Aoun, Hornstein, Lightfoot & Weinberg (1987), esse fenômeno é capturado. Nessa proposta, os autores subdividem os adjuntos em referenciais e não-referenciais. Assumem que os adjuntos temporais e de lugar são referenciais conforme sugere a existência de pronomes do tipo: aqui, lá, agora, depois etc, que podem ser usados correferencialmente, enquanto os adjuntos de causa e de modo seriam

não-referenciais, explicando-se a inexistência de pronomes análogos aos mencionados em relação a quando/onde.

Augusto (1994) assume, com base na aplicação de testes psicolinguísticos, a relevância da subdivisão entre os adjuntos, mas encontra alguns problemas na análise de Aoun et al.. O sistema proposto baseia-se em propostas de Rizzi (1990) e Cinque (1990), o que permite prescindir do Princípio de Subjacência, ao adotar definições diferenciadas para barreiras que dizem respeito à regência e à ligação.

Adota-se uma definição de PCV não-disjunta, conforme Rizzi (1990), que diz respeito à legitimação formal da categoria vazia. A recuperabilidade da identificação referencial desses elementos se dá pelos seguintes mecanismos – via ligação ou coindexação com um antecedente.

Segundo Rizzi, um elemento referencial tem a capacidade de carregar seu índice quando movido, estabelecendo uma cadeia entre si e o vestígio que ocupa sua posição original. Esta é uma relação de ligação genuína e que automaticamente identifica o elemento referencialmente. Na ausência da possibilidade de ligação, o sistema busca outro instrumento de coindexação, a saber, a regência por antecedência para coindexar uma variável a seu operador. A diferença fundamental entre os dois processos de identificação é que ligação pode operar a qualquer distância enquanto regência por antecedência é intrinsecamente local, sofrendo maiores restrições.

Esse sistema permite tratar os adjuntos referenciais como elementos cujos vestígios tem sua referencialidade alcançada via ligação, o que explica seu comportamento diferente em relação aos adjuntos não referenciais.

Cinque (1990) traz as definições de barreiras que compõem o quadro final da proposta adotada.

Barreira para ligação

Uma projeção máxima que não seja (direta ou indiretamente) selecionada na direção canônica por uma categoria não distinta de [+V] constitui barreira para a ligação.

Barreira para regência

Uma projeção máxima que não seja diretamente selecionada por uma categoria não distinta de [+V] constitui barreira para a regência.

As noções acima permitem explicar a diferença de comportamento entre os adjuntos referenciais, sensíveis a barreiras para ligação, e adjuntos não-referenciais, que precisam recuperar sua referência via regência por antecedência.

Augusto (1994) adota, portanto, uma configuração para as ilhas factivas em que há uma barreira relevante para a regência, mas não para a ligação. Vários autores⁴ argumentam que o complemento CP de um verbo factivo está, na verdade, mais alto que V'. A sugestão é de considerá-los adjuntos a VP. Dessa maneira, o V° e o complemento CP não estão em relação de irmandade na estrutura da sentença factiva, o que implica que embora θ -marcado pelo verbo, este elemento não é L-marcado uma vez que L-marcação é definida como θ -marcação direta por um núcleo lexical. Para ser diretamente θ -marcado por V°, CP deveria ser dominado pelas mesmas projeções de

⁴ Citamos Cardinaletti (1989) e Koster (1989), apud Cinque (1990), além de Galves (1991).

V° e CP não é dominado por V'. Nesse contexto, portanto, temos a configuração de uma barreira para a regência, mas não para a ligação. CP não é diretamente selecionado por V°, logo há uma barreira operando para os elementos não-referenciais que precisam recuperar sua referência via regência por antecedência.

Essa fase da teoria, portanto, apresenta propostas que visam dar conta do fenômeno das restrições de ilha, mostrando uma preocupação com certos refinamentos de análise. Nesse momento, também, acabam por surgir propostas de reformulação que afetam de tal modo o programa gerativista, que uma nova versão se impõe - o Minimalismo.

IV. O PROGRAMA MINIMALISTA

A reavaliação sofrida pela teoria incompatibilizará análises centradas na noção de barreiras com as reformulações apresentadas pelo sistema computacional dentro do Programa Minimalista (Chomsky, 1995).

No Programa Minimalista, não mais se faz referência às estruturas D e P. São tomados apenas dois níveis de representação, a Forma Lógica - LF e a Forma Fonética - PF, que fazem, respectivamente, interface com os sistemas conceptual-intencional e articulatório-perceptual. O sistema computacional parte de um arranjo de itens lexicais - denominado Numeração. Os itens lexicais são concatenados - resultado da operação *Merge* e podem sofrer movimento. Admite-se a regra *Move* no sistema proposto por Chomsky. O movimento acontece para a checagem de traços formais dos itens lexicais. A história derivacional de formação da estrutura sintática vai sendo assim construída. Uma vez exaurida a Numeração, uma terceira operação do sistema computacional - *Spell Out* - é encarregada de enviar a estrutura relevante para PF, enquanto a derivação, agora desprovida dos traços fonológicos, segue no componente coberto em direção ao nível de representação LF.

Nesse sistema, portanto, as restrições sobre derivações motivam-se quer a partir das condições dos níveis de representação - as chamadas *bare output conditions* - ou por propriedades do sistema computacional manifestadas por questões de economia. Isso equivale a dizer, em relação ao movimento de elementos, que estes serão restringidos por duas condições: *Last Resort* e *Minimal Link Condition*.

Last Resort

Um elemento (ou os traços) só se move se entra em uma relação de checagem com uma parte do alvo.

Minimal Link Condition

Um elemento é atraído por outro somente se não houver entre eles um terceiro elemento (portanto, um elemento mais próximo) que poderia ser o objeto da atração.

O movimento de elementos do tipo QU se dá para a checagem de um traço funcional [Q], geralmente localizado no complementizador - em C. Considerando-se que se trata de um traço forte e não-interpretável, assim que C é selecionado e a

operação *Merge* o concatena à estrutura, há a busca por um elemento com o traço relevante para que se dê a checagem. No entanto, para as estruturas do tipo configurações de ilha, esse movimento não é lícito. Como dar conta dessa impossibilidade de derivação da estrutura a partir dessa abordagem?

IV.1. ALGUMAS PROPOSTAS MINIMALISTAS ACERCA DAS CONFIGURAÇÕES DE ILHA

IV.1.1. Uma ilha forte: sujeito sentencial

O movimento de elementos implica a formação de cadeias – objetos legítimos em LF. Assumindo-se o **Princípio da Integridade das Cadeias** (Uriagereka, a sair), pode-se considerar o que seja uma possibilidade de proposta para uma das ilhas fortes – a restrição sobre o sujeito sentencial - em termos minimalistas.

Princípio da Integridade das Cadeias

Somente cadeias completas entram nas operações do sistema computacional.

Ou seja, a idéia é que a extração de um elemento de dentro de um sujeito leva à formação de uma cadeia ilegítima.

(17) *Which books did talking about t_i become difficult?

A história derivacional dessa estrutura reflete, primeiramente, o movimento do sujeito “*talking about which books*” de sua posição canônica para a posição de especificador de IP, uma vez que há em I um traço forte [D] que obriga esse movimento. Portanto, uma cadeia é formada. Posteriormente, a concatenação do elemento C à estrutura requer que outro movimento se dê para a checagem do traço forte [Q]. Há um elemento que exibe o traço [Q] – “*which books*”. No entanto, esse elemento, sendo um subconstituente do sujeito, já movido, não está disponível para o sistema computacional. Segundo o **Princípio da Integridade das Cadeias**, não se pode mover nada de dentro de um dos elos de uma cadeia, já que, uma vez formada, essa torna-se opaca e nada dentro dela pode ser acessado.

O mesmo tipo de raciocínio está por trás de uma análise minimalista do tipo proposta em Uriagereka (a sair, 1997b). O autor trabalha sobre a intuição de que um especificador é tipicamente criado pelo movimento de uma categoria para a checagem de um traço. A relação entre esses elementos – atraído e atrator – se verifica pela própria configuração resultante, mas um tipo de operação morfológica, que retorne o traço funcional para o elemento no Spec, faz-se também necessária. Assim, esses elementos devem ser enviados para um componente morfológico, via *Spell-Out*, o que se dá de maneira dinâmica e implica em múltiplos *spell-outs*. Após sofrer *spell-out*, o pedaço de estrutura não pode mais ser acessado pelo sistema computacional, agindo como um tipo de composto lexical.

Portanto, a configuração de ilha de sujeito cria justamente um composto lexical desse tipo, uma vez que o sujeito, atraído pelo traço funcional [D] em I, ocupará a posição de [Spec,IP] e sofrerá *spell-out*. Não há, portanto, como acessar parte desse sujeito, o elemento com o traço QU no seu interior. Essa análise pode também ser estendida, segundo o autor, para os adjuntos.

É importante ressaltar a característica de que nada no interior de um elemento que tenha sofrido *spell-out* pode ser acessado, embora o elemento como um todo continue visível – uma cadeia é formada como resultado desse movimento. O sistema de múltiplos *spell-outs*, portanto, deve incorporar como propriedade essencial a possibilidade de movimento paralelo (Nunes, 1995).

Nunes defende que a operação *Move*, na verdade, reflete a interação de operações independentes, a saber, *Copy*, *Merge*, *Form Chain* e *Chain Reduction*. Sendo assim, o movimento se dá a partir da concatenação de dois objetos sintáticos independentes, um movimento paralelo, no qual o sistema computacional copia um elemento X de um objeto sintático Y e o concatena com um outro objeto sintático W, que foi independentemente formado e não se encontra conectado a Y. Assumir a teoria de cópias, portanto, resulta em que o objeto final formado pode apresentar várias cópias do mesmo elemento que, para efeitos de linearização no componente fonológico, precisam ser reduzidas, pela operação *Chain Reduction*, a um único elo, a ser pronunciado. O sistema fonológico, que se baseia em ordem linear, impõe, portanto, as restrições necessárias à atuação do movimento paralelo.

Assumindo o movimento paralelo, Uriagereka (1997) distingue entre o movimento de sujeitos em interrogativas, gramaticalmente possível, e as ilhas de sujeito, nas quais a extração do sujeito sentencial resulta agramatical, conforme já mencionado. Compare-se:

(18) [[which professor] [did you say [t left]]] (ex. 14 no texto do autor)

(19) * [who did [[a critic of t] see you]] (ex. 19 no texto do autor)

Em relação a 18, dois objetos sintáticos são independentemente formados. De um dos objetos sintáticos [which professor] é feita uma cópia, que deve sofrer *spell-out*, tornando-se o vestígio a ser concatenado ao outro objeto sintático. Com o prosseguimento da derivação, o primeiro objeto sintático – a cópia mais alta - será concatenado à estrutura. Forma-se uma cadeia entre esse elemento e a cópia mais baixa.

Em relação a 19, pode-se proceder similarmente. Copia-se parte de um dos objetos sintáticos formados [a critic of who], ou seja, é feita uma cópia de “who”. Mas aqui crucialmente o elemento sintático formado [a critic of t], que contém o vestígio, deve sofrer *spell-out*, antes de ser concatenado ao outro objeto sintático. Posteriormente, chega-se ao ponto da derivação em que a cópia feita de “who” se concatena à estrutura. Mas nesse caso, não há como formar uma cadeia entre esse elemento e o seu vestígio que se encontra no interior de um sintagma que já sofreu *spell-out*. A cópia se perdeu no interior desse composto lexical. Note-se que em relação a 33, a cadeia foi formada com o sintagma todo. A estrutura interna de uma unidade que sofreu *spell-out* é indivisível, mas não o elemento como um todo, seu rótulo sobrevive e pode ser acessado.

IV.1.2. Uma ilha fraca: ilha QU

Em relação às ilhas fracas, Chomsky (1995) faz referência à ilha QU. É importante ressaltar, no entanto, quanto à ilha QU que há uma certa controvérsia em

relação ao estatuto gramatical ou não da extração de argumentos. Parece haver certa diferença de resultados/julgamentos a depender da língua e/ou da finitude ou não da sentença encaixada. Salientamos este fato aqui para remetermos à similitude com o comportamento dos argumentos nas sentenças completivas nominais (cf. 3, 4) que também evocam algumas diferenças de julgamento de aceitabilidade:

(20) *How did you wonder what John fixed?

Em relação à ilha QU, assumindo-se a atuação de *Minimal Link Condition*, verifica-se que o traço forte [Q] na sentença matriz é um atrator que tem muito mais próximo de si o elemento que já se encontra no [Spec, CP] intermediário e que também tem o traço Q que, sendo mais interpretável, continua disponível para o sistema computacional. Sendo assim, obtém-se um resultado de agramaticalidade, uma vez que o movimento do elemento QU por sobre um outro elemento QU mais próximo fica impossibilitado.

No entanto, há algo que fica sem explicação. Conforme mencionado, o elemento QU, que se encontra no especificador intermediário, tem disponível para o sistema computacional o traço Q. Também o especificador da sentença matriz apresenta um traço [Q] forte. Logo, pelo sistema esboçado não há impedimento de que esse elemento se mova para que se possa dar a checagem do traço forte no C da matriz com o traço interpretável do elemento QU e, portanto, conclui-se que a derivação abaixo é convergente:

(21) *What did you wonder John fixed how?

Manzini (1997) também aponta esse problema, salientando que Chomsky (1995) assume que esse tipo de sentença fracassa porque não há um significado bem-formado que possa a ela ser associado.

IV.2. DERIVANDO AS ILHAS FRACAS: A ANÁLISE DE MANZINI (1997)

Manzini se propõe a derivar as violações de ilha fraca. A autora segue a intuição de que a Minimalidade Relativizada⁵ de Rizzi (1990) deveria ser traduzida para o Minimalismo. Sintagmas-QU, sintagmas Neg e etc ocupam posições-A'. A autora salienta que os elementos atraídos por Q, Neg etc compartilham a propriedade de serem DP's fracos, ou indefinidos, e que (Manzini, 1997:12):

“syntactically their D appears to be empty, with wh, Neg and other features realized in a lower functional position within the DP”.

⁵ Minimalidade Relativizada:

X rege por antecedência Y se não houver Z tal que:

a) Z é um regente por antecedência potencial típico para Y;

b) Z c-comanda Y a não c-comanda X.

Regente por antecedência potencial típico:

a) Z é um regente por antecedência potencial típico para Y, Y em uma cadeia-A = Z em um especificador-A que c-comanda Y.

b) Z é um regente por antecedência potencial típico para Y, Y em uma cadeia-A' = Z em um especificador-A' que c-comanda Y.

c) Z é um regente por antecedência potencial típico para Y, Y em uma cadeia-núcleo = Z em um núcleo que c-comanda Y.

Sendo assim, assume-se que atratores como Q, Neg etc atraem elementos indefinidos, mas que são os atratores potenciais que interagem e não diretamente os elementos potenciais a serem atraídos. Isso leva a autora a reformular a *Minimal Link Condition*, baseando-a na idéia de que as dependências entre operador/variável são excluídas na presença de outro operador interveniente, sendo operadores núcleos como [Q] ou [Neg] e, constituindo as variáveis um elemento indefinido, que se encontra sob o escopo do(s) operador(es) (Manzini, 1997:14):

Minimality

Given an attractor feature F and an attractee feature A_F , F attracts A_F only down to the next attractor F' for A_F .

Ou seja, a interferência de um atrator potencial impossibilita a atração do elemento com os traços relevantes. Deve-se observar que (Manzini, 1997:12):

Mismatch of features cancels the derivation

Tomando-se a ilha QU, a ilha negativa e a ilha factiva, a autora dá conta de explicar a agramaticalidade da extração de adjunto:

(22) [do-Q'] [you wonder [what Q [to repair t_{what} how]]] (ex. 31 no texto da autora)

(23) [do-Q] [you [not believe [that they fired him why]]] (ex. 34 no texto da autora)

(24) [do-Q] [you [F regret [that they fired him why]]] (ex. 43 no texto da autora)

Na sentença 22, o “what”- elemento indefinido move-se em direção ao atrator Q mais próximo. O traço Q' na sentença matriz não consegue atrair o adjunto da sentença encaixada – “how”, que se encontra fora de seu domínio de atração, que vai até o Comp intermediário, onde se encontra um outro operador. Mas também nesse sistema se obtém uma outra possível derivação convergente (cf. 21), uma vez que, no entanto, é perfeitamente possível atrair o elemento indefinido “what” no Spec intermediário, que se encontra dentro do domínio de atração de Q'. Tem-se, portanto, um resultado similar ao obtido por Chomsky (cf. seção anterior). Manzini argumenta que:

“It is natural to assume that movement of the same wh-phrase to two different [Spec,Q] position results in the binding of its trace by two different Q operators. But no interpretation seems to be associated with such a configuration, resulting in the unacceptability of (31) (21, no nosso exemplo), indeed on semantic rather than syntactic grounds”

A grande vantagem, segundo a autora, de seu sistema é poder estender esse tipo de análise para as outras ilhas fracas. Em relação a 23, a ilha negativa, o elemento indefinido – “why” - não pode se mover em direção ao atrator Q devido ao atrator Neg interveniente. Portanto, a estrutura é bloqueada pelo fato do traço Q buscar atrair um D indefinido dentro de certo domínio, até o próximo atrator de D's indefinidos, seja esse outro Q ou um Neg.

Em relação à ilha factiva, exemplo 24, Manzini assume que o verbo que rege a sentença factiva possui uma especificação para Foco, que precisa ser checada contra

algum núcleo do tipo F. Assim sendo, conforme a estrutura proposta, Q é incapaz de atrair o elemento indefinido “why”, uma vez que há um atrator para elementos indefinidos potencial que se encontra intervindo entre os dois.

No que diz respeito à extração de argumentos a partir de ilhas fracas como, por exemplo, em (25) abaixo:

(25) What do you regret that they bought?

Manzini (1997:19) sugere a possibilidade de haver:

“direct Merge of the wh-phrase in [Spec, CP], with corresponding merger of a D correlate in θ -Case position”

IV.2.1. Um resíduo na análise da ilha factiva

Um ponto que a análise esboçada acima a respeito das ilhas fracas não contempla é a diferença de comportamento entre os adjuntos adverbiais **onde/quando** - ditos referenciais e **como/por que** - não-referenciais, conforme apontado em (13), (14), (15) e (16) acima e cuja análise em Augusto (1994) tomava como relevante e incorporava ao sistema proposto.

A análise sugerida por Manzini para a ilha factiva e correspondente diferença de comportamento entre argumentos e adjuntos parece possibilitar uma expansão que permita que a subdivisão entre os adjuntos adverbiais seja capturada.

A possibilidade da inserção direta do elemento QU em [Spec, CP] se dá com a correspondente concatenação de um D correlato na posição θ . O caráter de referencialidade dos adjuntos onde/quando pode então ser tomada como a possibilidade desses elementos atuarem como os argumentos. Para tanto, uma proposta como a de Antonisse (1994), baseada em Higginbothan, produz o resultado desejado (Antonisse, 1994:16):

“Following work by Higginbothan (1985, 1988), the thematic grid of verbs includes a hidden argument place for events, and I propose that this “E position” serves as the relevant licenser for both unselected temporals and locatives.”

Ao se assumir que os adjuntos temporais e locativos são licenciados pelo papel temático “evento”, faz-se possível propor que o mesmo sistema válido para os argumentos na análise de Manzini seja expandido para esses adjuntos que, portanto, teriam a possibilidade de ter um D correlato inserido em posição- θ relacionada ao evento expresso pelo verbo da encaixada. Desse modo, tanto os argumentos como os adjuntos temporais e locativos - os chamados adjuntos referenciais nas propostas de Aoun et al. (1987), Rizzi (1990) e Augusto (1994), teriam a possibilidade de serem diretamente concatenados em [Spec, CP] com concomitante concatenação de um D em posição- θ . A diferença entre argumentos e adjuntos, na estrutura da ilha factiva, no entanto, seria a de que a posição- θ de um argumento é inequivocadamente localizável, ao passo que, em relação aos adjuntos temporais e locativos, estes podem tanto ser licenciados pelo verbo da matriz - o verbo factivo, como pelo verbo da encaixada, o que implica a ambigüidade de processamento que tais estruturas ensejam.

É importante salientar, portanto, que esse tipo de análise acaba questionando o movimento em si, ao conjugar, na verdade, restrições de movimento a possibilidades de atuação de *Merge* específicas⁶, pois permite a concatenação de elementos diretamente em [Spec,CP].

IV.3. AINDA AS ILHAS QU

Um ponto importante levantado por Uriagereka (a sair, NLLT:45) diz respeito à discussão acerca da validade da atuação da *Minimal Link Condition* para tratar as ilhas QU. O autor menciona, por exemplo, que o mesmo tipo de efeito de ilha QU aparece quando o traço atraído que se moveria por sobre um sintagma-QU não é nem mesmo um traço do tipo QU, como em seu exemplo 57 (aqui 26):

(26) ?* [this car [I wonder [why [John bought t]]]

Para argumentar contra a atuação da *Minimal Link Condition* em relação às ilhas QU, ele levanta a questão de que a noção de “mais próximo”, parte da formulação da condição, se define da seguinte maneira:

A está mais próximo de X do que B somente se A c-comanda B.

Em relação aos traços-QU, pode-se conceber que estes nunca entram em relações de comando entre si, uma vez que estejam dentro de elementos D, como em:

(27) ... CP[DP[D[...Wh...]....]... DP[D[...Wh...]....]]...

Nesse tipo de estrutura, a depender da complexidade do DP, o D mais alto pode ou não c-comandar o D mais baixo, mas não é óbvio que o traço QU dentro do D c-comande qualquer elemento.

Deve-se salientar, em relação à proposta discutida anteriormente, que Manzini abandona justamente a noção de interferência entre elementos a serem atraídos em sua Condição de Minimalidade, fazendo referência à interação entre os elementos atratores.

V. CONCLUSÃO

As restrições de ilha, em suma, provam ser um fenômeno importante para se (re)pensar a teoria e tem, assim como o programa de análise sintática gerativa, sofrido reavaliações de percurso. Dentro da abordagem Minimalista, as reformulações adotadas impõem que as análises se centrem quer na questão da economia de derivação, as imposições dos sistemas de interface ou impedimentos que se colocam pela própria mecânica do sistema computacional. As primeiras propostas parecem indicar que a busca por análises para o fenômeno, em termos minimalistas, pode levar a propostas inovadoras quanto ao mecanismo de atuação do sistema computacional.

⁶ Essas questões tem sido discutidas como, por exemplo, em Ishii (1997) que concebe uma assimetria na composição da estrutura frasal, em que “terms required by uninterpretable formal features (UFFs) are merged cyclically while those not required by any UFFs are merged postcyclically”, o que resulta em que as condições de localidade não se constituam como restrições sobre o movimento, mas como restrições sobre a operação *Merge*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONISSE, P. 1994. "Processing temporals and locatives in a licensing parser". *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 2, 1-38.
- AOUN, J., N. HORNSTEIN, D. LIGHTFOOT & A. WEINBERG. 1987. "Two types of locality", *Linguistic Inquiry* 18. 537-77.
- AUGUSTO, M.R.A. 1994. "Fatores envolvidos na extração dos adjuntos-Q". Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP.
- CHOMSKY, N. 1973. "Conditions on Transformations", em Anderson, S.R. e P. Kiparsky (eds.), **A Festschrift for Morris Halle**, Holt, Reinhart and Winston, Inc., New York.
- _____. 1981. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht, Holanda, Foris.
- _____. 1986. **Barriers**, MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- _____. 1995. **The Minimalist Program**. MIT Press, Cambridge, Mass.
- CINQUE, G. 1990. **Types of A' Dependencies**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- GALVES, C. 1991. "Inflected Infinitive and AGR Licensing", Universidade de Campinas, mimeo.
- HIGGINBOTHAM, J. 1985. "On Semantics". *Linguistic Inquiry* 16:547-593.
- HIGGINBOTHAM, J. 1988. "Contexts, Models and Meanings: a note on the data of semantics". In: R. Kempson (ed.) **Mental Representations: the interface between language and reality**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUANG, J. 1982. "Logical relations in Chinese and the theory of grammar". Doctoral Dissertation. MIT, Cambridge, Mass.
- ISHII, T. 1997. "An asymmetry in the composition of phrase structure and its consequences", Doctoral Dissertation, UCI.
- KATO, M. 1997. "Teoria Sintática: de uma perspectiva de '-ismos' para uma perspectiva de 'programas'". *D.E.L.T.A.* 13:2, 275-89.
- LIGHTFOOT, D. & WEINBERG, A. 1988. **Review of Barriers**. *Language*, 64:2.
- MANZINI, R. 1997. "A minimalist theory of weak islands". Manuscript
- NUNES, J. 1995. "The Copy Theory of Movement and Linearization of Chains in the Minimalist Program". Doctoral Dissertation. University of Maryland at College Park.
- _____. 1997. "Sideward Movement", Ms., Universidade Estadual de Campinas.
- RAPOSO, E. P. 1992. **Teoria da Gramática: a Faculdade da Linguagem**. Ed. Caminho, Lisboa, Portugal.
- RIZZI, L. 1982. **Issues in Italian Syntax**, Foris, Dordrecht.
- _____. 1990. **Relativized Minimality**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- ROSS, J.R. 1967. "Constraints on Variables in Syntax", Dissertação de PhD, MIT.

- URIAGEREKA, J. 1997. "Multiple Spell-Out", In: *Groninger Arbeiten sur germanistischen Linguistik* **40**:109-135.
- _____. a sair. "Minimal Restrictions on Basque Movements". *Natural Language and Linguistic Theory*.
- _____. a sair. **Rhyme and reason: a minimalist dialogue on human language**. MIT Press, Cambridge, Mass.